

Comissão de  
Turismo



CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

## COMISSÃO DE TURISMO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2017

## Sumário

1. Comissão de Turismo - CTur .....	3
1.1 Composição da Comissão.....	3
1.2 Alterações na composição da Comissão durante 2017 .....	9
2. Eventos .....	10
2.1 Reuniões de Instalação e Eleições .....	10
2.2 Reuniões Ordinárias.....	11
2.3 Audiências Públicas .....	12
2.4 Seminários .....	13
2.5 Outros Eventos.....	14
3. Apreciação de Proposições na Comissão .....	15
3.1 Demonstrativo Numérico dos Requerimentos .....	15
3.2 Demonstrativo Numérico dos Projetos .....	15
4. Emendas à LDO-2018 e à LOA-2018 .....	16
4.1 Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (PL n° 1/2017-CN).....	16
4.2 Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018 (PL n° 20/2017-CN).....	17
Anexos .....	18
I. Proposições apreciadas na CTur .....	18
II. Proposições pendentes de apreciação na CTur.....	20
III. Requerimentos .....	23
IV. Atribuições da CTur.....	25
V. Equipe Técnica.....	28



## 1. Comissão de Turismo - CTur

Apresentam-se a seguir os integrantes da Comissão de Turismo, destacadas a Mesa Diretora e as alterações ocorridas ao longo do ano. A Comissão é composta por 20 membros titulares e igual número de suplentes.

### 1.1 Composição da Comissão

#### Presidente



**Deputado Paulo Azi  
(DEM/BA)**

#### Vice-Presidentes



**Deputado Adail Carneiro  
(PHS/CE)**



**Deputado Magda  
Mofatto  
(PR/GO)**

## Demais Membros

### Titulares



Deputado **Adalberto Cavalcanti**  
(PTB/PE)



Deputado **Bebeto**  
(PSB/BA)



Deputado **Carlos Eduardo Cadoca** (PCdoB/PE)



Deputado **Carlos Sampaio**  
(PSDB/SP)



Deputado **Elmar Nascimento**  
(DEM/BA)



Deputado **Fabio Reis**  
(PMDB/SE)



Deputado **Goulart**  
(PSD/SP)



Deputado **Herculano Passos**  
(PSD/SP)



Deputado **João Marcelo Souza**  
(PMDB/MA)





Deputado **Lucas Vergílio**  
(SD/GO)



Deputado **Luiz Cláudio**  
(PR/RO)



Deputado **Macedo**  
(PP/CE)



Deputado **Marcelo Squassoni**  
(PRB/)



Deputado **Paulão**  
(P/AL)



Deputado **Raimundo Gomes de  
Matos**  
(PSDB/CE)



Deputado **Sérgio Brito**  
(PSD/BA)



Deputado **Veneziano Vital do  
Rêgo**  
(PMDB/PB)

## Suplentes



Deputado **Alex Manente**  
(PPS/SP)



Deputado **Aníbal Gomes**  
(PMDB/CE)



Deputado **Arthur Oliveira Maia**  
(PPS/BA)



Deputado **Domingos Neto**  
(PROS/CE)



Deputado **Efraim Filho**  
(DEM/PB)



Deputado **Evair Vieira de Melo**  
(PV/ES)



Deputado **Fabio Garcia**  
(PSB/MT)



Deputado **José Nunes**  
(PSD/BA)



Deputado **José Rocha**  
(PR/BA)





Deputado **Kaio Maniçoba**  
(PMDB/PE)



Deputado **Márcio Alvino**  
(PR/SP)



Deputado **Nelson Meurer**  
(PP/PR)



Deputado **Otavio Leite**  
(PSDB/RJ)



Deputado **Pedro Chaves**  
(PMDB/GO)



Deputado **Rafael Motta**  
(PSB/RN)



Deputado **Renato Molling**  
(PP/RS)



Deputado **Roberto Britto**  
(PP/BA)

## 1.2 Alterações na composição da Comissão durante 2018

Deputado	Partido	UF	Condição	Entrada	Saída
<b>Stefano Aguiar</b>	PSB	MG	Suplente	22/3/2017	4/4/2017
<b>Sergio Vidigal</b>	PDT	ES	Suplente	22/3/2017	5/4/2017
<b>Juscelino Filho</b>	PRP	MA	Titular	23/3/2017	23/3/2017
<b>Juscelino Filho</b>	PRP	MA	Suplente	23/3/2017	10/10/2017
<b>Felipe Carreras</b>	PSB	PE	Titular	17/10/2017	25/10/2017

## 2. Eventos

Em 2018, a Comissão de Turismo realizou quinze eventos, dentre eles uma reunião de instalação, duas de eleição, oito reuniões deliberativas, quatro audiências públicas, um seminário e uma reunião de comparecimento de ministro.

### 2.1 Reuniões de Instalação e Eleições

A reunião de instalação e eleição para os cargos de da Comissão de Turismo aconteceu no dia 23 de março de 2017. Com a eleição dos cargos de 2º vice-presidente, no dia 29 de março, e de 3º vice-presidente no dia 5 de abril, constituiu-se a seguinte Mesa Diretora:

**PRESIDENTE:** Deputado Paulo Azi – DEM/BA, com 12 votos, 0 em branco, 0 nulos. Total de votos: 12.

**2º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Adail Carneiro - PP/CE PSB/PE, com 14 votos, 0 em branco, 0 nulos. Total de votos: 14.

**3º VICE-PRESIDENTE:** Deputada Magda Mofatto – PR/GO, com 11 votos, 0 em branco, 0 nulos. Total de votos: 11.

## 2.2 Reuniões Ordinárias

A Comissão de Turismo realizou 8 reuniões deliberativas ordinárias, 1 de instalação e 3 de eleição, com a presença média de 19 deputados. Segue abaixo tabela com a data, a presença de deputados e o resultado de cada reunião.

Reuniões - ano 2018		
Data	Presença de Deputados	Resultado
23/3	26	Reunião de Instalação e Eleição para o cargo de presidente da Comissão.
29/3	24	Eleição para o cargo de 2º vice-presidente da Comissão. Aprovados os Requerimentos 171/17, 172/17, 173/17, 174/17, 175/17, 176/17 e 177/17.
5/4	21	Eleição para o cargo de 3º vice-presidente da Comissão.
17/5	19	Aprovados os Requerimentos 178/17, 179/17, 180/17, 181/17, 182/17 e 183/17. Aprovados os pareceres do PL 3660/15, do PL 3873/15 e do PL 7091/15.
7/6	19	Aprovados os Requerimentos 184/17, 185/17 e 186/17.
5/7	18	Aprovadas as emendas ao PLDO 2018 (PLN 1/17). Aprovado o Requerimento 187/17.
9/8	22	Aprovados os Requerimentos 188/17 e 189/17. Aprovados os pareceres do PL 4849/16 e do PL 5163/16.
18/10	15	Aprovadas as emendas ao PLOA 2018 (PLN 20/17)
29/11	18	Aprovado o Requerimento 190/17. Aprovados os pareceres do PDC 710/17, do PL 3651/15, do PL 4168/15 e do PL 7944/17.
19/12	16	Aprovado o Requerimento 191/17.

## 2.3 Audiências Públicas

A Comissão de Turismo promoveu neste ano uma audiência pública.

**Data: 18/10/2017**

**Tema:** Demandas, entraves e possibilidades de desenvolvimento do Enoturismo no Brasil

Atendendo ao Requerimento nº 178/17 de autoria do Deputado Herculano Passos.



*Crédito: Cleia Viana*

### **Convidados:**

**Rodrigo Marques** - Coordenador-Geral de Atração de Investimentos do Ministério do Turismo;

**Andrea Faria** - Unidade de Atendimento Setorial – Agronegócio, do Sebrae;

**Ivane Fávero** - Presidente da Associação Internacional de Enoturismo – Aenotur;

**Deborah Villas Boas Dadalt** - Diretora do Spa do Vinho, de Bento Gonçalves, e da Aprovale.

## 2.4 Seminários

**Data:** 3/5/2018

**Tema:** Processo de concessão à iniciativa privada do aeroporto de Recife e seus impactos.

**Local:** Cais do Sertão – Av. Alfredo Lisboa, s/n – Recife/PE

Atendendo ao requerimento nº 205/18, de autoria do Deputado Felipe Carreras.

## 2.5 Outros Eventos

### 2.5.1 Comparecimento do Ministro de Estado do Meio Ambiente

**Data:** 5/12/2018

Na ocasião, Edson Duarte, Ministro de Estado do Meio Ambiente, em atenção ao Requerimento nº 216/2018, de autoria do Deputado Felipe Carreras, compareceu ao Plenário da Comissão de Turismo para abordar sobre a condição do arquipélago Fernando de Noronha.

### 3. Apreciação de Proposições na Comissão

#### 3.1 Demonstrativo Numérico dos Requerimentos

REQUERIMENTOS		
Apresentados		23
Aprovados		
Rejeitados		
Retirados		
Prejudicados		
Devolvidos ao autor		
Aprovados	Audiências Públicas	11
	Seminários	1
	Informação	1
	Painel	1
	Eventos Externos	7
	Outros	2

#### 3.2 Demonstrativo Numérico dos Projetos

PROJETOS (PL, PLP, PDC e PFC)		
Pendentes de anos anteriores		15
Recebidos em 2017		28
Subtotal		43
Saídas	Aprovados	9
	Rejeitados	0
	Prejudicados na Comissão	0
	Outra saída	0
Subtotal		9
PENDENTES DE APRECIÇÃO		34



## 4. Emendas à LDO-2018 e à LOA-2018

### 4.1 Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (PL nº 1/2017-CN)

O Plenário da Comissão de Turismo, no uso da prerrogativa prevista no artigo 87 da Resolução nº 1/2006-CN, aprovou duas sugestões de emenda de inclusão de meta, na reunião deliberativa de 5 de julho de 2017. A seguir o descritivo das emendas e os respectivos pareceres da Comissão Mista de Orçamento:

**Emenda – 50070001**

Programa: Turismo

Ação: Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - 10V0

Acréscimo de meta proposto: 3.500

**Emenda – 50070002**

Programa: Turismo

Ação: Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional - 20Y3

Acréscimo de meta proposto: 200

## 4.2 Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2018 (PL nº 20/2017-CN)

Visando atender a área de pertinência temática da Comissão, no uso da prerrogativa do artigo 44 da Resolução nº 1/2006-CN, foram escolhidas quatro sugestões de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2018, aprovadas pelo Plenário da Comissão de Turismo na reunião deliberativa de 18 de outubro de 2017:

<b>Emenda – 50070001</b> Ação: Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional - 23.695.2076.20Y3.0001 Valor Acrescido: R\$ 128.616.000
<b>Emenda – 50070002</b> Ação: Promoção Turística do Brasil no Exterior - 23.695.2076.20Y5.0001 Total da Emenda: R\$ 104.316.615.
<b>Emenda – 50070003</b> Ação: Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo - 23.695.2076.4590.0001 Total da Emenda: R\$ 172.200.000
<b>Emenda – 50070004</b> Ação: Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - 23.695.2076.10V0.0001 Total da Emenda: R\$ 500.000.000.

## Anexos

### I. Proposições apreciadas na CTur

<i>Proposição</i>	<i>Autor</i>	<i>Ementa</i>	<i>Relator</i>	<i>Parecer</i>
<b>PL 3.651/15</b>	Flavinho	Dispõe sobre o incentivo ao turismo religioso e dá outras providências.	Alex Manente	Aprovado em 29/11/17.
<b>PL 3.660/15</b>	Cabuçu Borges	Altera o art. 15 da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, acrescentando os incisos VIII e IX, para incluir expressamente a menção o fomento de atividades econômicas no campo vinculadas à cultura e ao turismo e a promoção da formação e da profissionalização de técnicos culturais no campo..	Magda Mofatto	Aprovado em 17/5/17.
<b>PL 3.873/15</b>	Vanderlei Macris	Inclui no calendário turístico oficial o Festival Delícias do Milho e o Festival do Pastel & Caldo de Cana, no Distrito de Bueno de Andrada, Município de Araraquara, Estado de São Paulo.	Herculano Passos	Aprovado em 17/5/17.
<b>PL 4.168/15</b>	Giovani Cherini	Inclui no Calendário Oficial de Datas e Eventos Brasileiro e no Calendário Turístico Nacional a "Semana Farroupilha", realizada, anualmente, de 14 a 20 de setembro.	Renato Molling	Aprovado, com substitutivo, em 29/11/17.
<b>PL 4.849/16</b>	Rômulo Gouveia	Dispõe sobre a obrigação de que estabelecimentos prestadores de serviços de hospedagem informem se disponibilizam alimentação adequada a portadores de diabetes	Juscelino Filho	Aprovado em 9/8/17.
<b>PL 5.163/16</b>	Paulo Azi	Especifica um prazo mínimo de carência e financiamento pelo Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR para a construção de hotéis de turismo.	Otávio Leite	Aprovado em 9/8/17.
<b>PDC 710/17</b>	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	Aprova o texto do Acordo Modificativo do Acordo para a Concessão de um Prazo de Noventa (90) dias aos Turistas Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, aprovado pela Decisão CMC nº 36/14, em 16 de dezembro de 2014, durante a XLVII Reunião Ordinária do Conselho do	Magda Mofatto	Aprovado em 29/11/17.

		Mercado Comum, em Paraná, na Argentina.		
<b>PL 7.091/17</b>	Adérmis Marini	Cria o Roteiro Turístico dos Cafés da Alta Mogiana.	Goulart	Aprovado em 17/5/17.
<b>PL 7.944/17</b>	Herculano Passos	Inclui no calendário turístico oficial do País o CEREJEIRAS Festival, realizado no Município de Garça, Estado de São Paulo.	Marcelo Squassoni	Aprovado em 29/11/17.

## II. Proposições pendentes de apreciação na CTur

Proposição	Autor	Ementa	Relator Anterior	Designação
PL 2.867/04	Ronaldo Vasconcellos	Dispõe sobre a constituição de Condomínios Hoteleiros.	Fábio Garcia	28/6/2016
PL 4.420/08	Roberto Britto	Dispõe sobre a forma que empreendimentos e estabelecimentos exploram os serviços de hospedagem. <b>Apensado ao PL 2.867/04.</b>	Fábio Garcia	28/6/2016
PL 4.943/09	Fernando Chucre	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional do Turismo. <b>Apensado ao PL 2.867/04.</b>	Fábio Garcia	28/6/2016
PL 641/11	Geraldo Resende	Altera a Lei nº 11.771, de 2008, para acrescentar-lhe inciso estabelecendo multa aos meios de hospedagem que não cumprirem a diária de 24 horas, e dá outras providências.	Magda Mofatto	29/11/17
PL 3984/12	Jorge Tadeu Mudalen	Altera a Lei nº 11.771, de 2008, para acrescentar incisos estabelecendo horário de entrada e saída de hóspedes em hotéis, pousadas e similares. <b>Apensado ao PL 641/11.</b>	Magda Mofatto	29/11/17
PL 5377/13	Nilda Gondim	Altera a redação do art. 23 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Lei Geral do Turismo. <b>Apensado ao PL 641/11.</b>	Magda Mofatto	29/11/17
PL 6.168/13	Bruna Furlan	Dispõe sobre a sinalização turística. <b>Apensado ao PL 7.033/14.</b>	Valadares Filho	9/5/18
PL 6.730/13	Sérgio Brito	Dispõe sobre a divulgação de informações de interesse turístico em terminais de passageiros interestaduais e internacionais. <b>Apensado ao PL 7.033/14.</b>	Valadares Filho	9/5/18
PL 7.033/14	Jayme Campos	Altera o art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre sinalização trilingue.	Valadares Filho	9/5/18
PL 908/15	Marcos Soares	Altera o art. 23 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. <b>Apensado ao PL 641/11.</b>	Magda Mofatto	29/11/17
PL 1.314/15	Professor Victório Galli	Altera o art. 23 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. <b>Apensado ao PL 641/11.</b>	Magda Mofatto	29/11/17
PL 1.984/15	Alex Manente	Torna obrigatória, na transmissão de evento esportivo ou cultural, a disponibilização de tempo no rádio e televisão para divulgação institucional da Cidade sede do evento.	Magda Mofatto	30/11/16
PL 2.861/15	Goulart	Altera a Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, que "dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo", para dispõe sobre a prestação do serviço "City Tour" nas cidades turísticas do Brasil.	Rafael Motta	9/5/18
PL 2.886/15	Fábio Mitidieri	Dispõe sobre o prazo de duração das diárias em meios de hospedagem, vedando a definição de horários distintos para ingresso ("check-in") e saída ("check-out") dos usuários, e dá outras providências. <b>Apensado ao PL 641/11.</b>	Magda Mofatto	29/11/17

PL 3.722/15	Alberto Fraga	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. <b>Apensado ao PL 641/11.</b>	Magda Mofatto	29/11/17
PL 4.142/15	Luciano Ducci	Altera a Lei nº 11.771, de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências	Herculano Passos	12/9/17
PL 4.524/16	César Halum	Determina a restituição da quantia paga ao consumidor em virtude de cancelamento de serviços em locais infestados por moléstias causadas pelo mosquito <i>Aedes Aegypti</i> .	Luiz Cláudio	24/10/17
PL 4.561/16	Francisco Floriano	"Altera a Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências, para estabelecer deveres às prestadoras de serviços turísticos e punições para aquelas envolvidas na exploração do turismo sexual".	Magda Mofatto	9/5/18
PL 4.602/16	Moses Rodrigues	Estabelece condições para a cobrança de taxas de cancelamento, por parte dos meios de hospedagem. <b>Apensado ao PL 4.142/15</b>	Herculano Passos	12/9/17
PL 4.949/16	Goulart	Cria o circuito turístico cultural da Cachaça em cada estado da federação e no Distrito Federal.	José Nunes	4/4/17
PLP 353/17	Veneziano Vital do Rêgo	Institui o Programa "Tax Free" para promover a restituição, a turistas estrangeiros quando de sua saída do país, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para os Programas PIS/Pasep, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação sobre Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS).	Marcelo Squassoni	9/5/17
PDC 746/17	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre um Programa de Férias-Trabalho, assinado em Brasília, em 13 de fevereiro de 2015.	Bebeto	9/5/18
PL 6.801/17	Felipe Carreras	Altera o inciso II, do artigo 7º, da Lei Nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, alterado pela Lei nº 12.715 de 2012 para determinar a alíquota de contribuição sobre da receita bruta.	Carlos Sampaio	9/5/17
PL 6.804/17	Felipe Carreras	Dispõe sobre a isenção de estabelecimentos hoteleiros do pagamento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). <b>Apensado ao PL 6.801/17</b>	Carlos Sampaio	9/5/17
PL 6.854/17	Rômulo Gouveia	Altera o art. 1º da Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, para assegurar aos estudantes, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes o acesso a parques nacionais e a pontos turísticos, incluindo o transporte se destinado exclusivamente à visitação desses, mediante pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral.	Juscelino Filho	4/4/17
PL 6.999/17	Fernando Monteiro	Altera o artigo 10 da Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro) de modo a permitir que o Poder Executivo conceda dispensa unilateral de visto de turista.	Jarbas Vasconcelos	9/5/18
PL 7.151/17	Francisco Floriano	Institui o Estatuto do Turista.	Marx Beltrão	9/5/18
PL 7.691/17	Adérmis Marini	Cria o Roteiro Turístico e Cultural de Portinari	Carlos Sampaio	7/6/17
PL 7.805/17	Rômulo Gouveia	Veda a cobrança antecipada de diárias ou serviços em hotéis e estabelecimentos congêneres.	Magda Mofatto	29/11/17

PL 7.896/17	Cajar Nardes	Declara como de relevante interesse turístico e cultural nacional o Roteiro Caminho das Missões, no Estado do Rio Grande do Sul.	Afonso Hamm	9/5/18
PL 7.987/17	Otávio Leite	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências	Afonso Hamm	23/5/18
PL 8.257/17	Otávio Leite	Altera o inciso V do art. 3º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências", com fins de apoio à promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros.	Herculano Passos	29/11/17
PL 8.690/17	Izalque Silva	Dá nova redação ao parágrafo 7º do art. 27 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.	Otávio Leite	9/5/18
PL 8.887/17	Cabo Sabino	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para determinar a forma de cobrança de diárias por hotéis, pousadas e similares. <b>Apensado ao PL 7.805/17.</b>	Magda Mofatto	29/11/17

### III. Requerimentos

Nº	Autor	Ementa	Apreciação	Resultado
170/17	Herculano Passos (PSD/SP)	Requer a indicação de membros da Comissão de Turismo para participar da Feira Internacional de Turismo - FITUR.		Arquivado em 27/3/17
171/17	Herculano Passos (PSD/SP)	"Requer a realização de Audiência Pública para a apresentação dos Programas e Projetos da Pasta do Turismo para o ano de 2017, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro".	Aprovado em 29/3/17, com subscrição do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE).	
172/17	Herculano Passos (PSD/SP)	Requer a indicação de membros da Comissão de Turismo para participar da Feira Internacional de Turismo do Pantanal - FIT Pantanal 2017.	Aprovado em 29/3/17, com subscrição do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE).	
173/17	Herculano Passos (PSD/SP)	Requer a indicação de membros da Comissão de Turismo para participar da Feira Internacional de Turismo de Gramado - Festuris.".	Aprovado em 29/3/17, com subscrição do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE).	
174/17	Herculano Passos (PSD/SP)	Requer a indicação de membros da Comissão de Turismo para participar do Seminário Economia Colaborativa – Hospedagem.	Aprovado em 29/3/17, com subscrição do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE).	
175/17	Herculano Passos (PSD/SP)	Requer a indicação de membros da Comissão de Turismo para participar do Fórum de Negócios WOCA 2017 Brasil X Portugal	Aprovado em 29/3/17, com subscrição do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE).	
176/17	Paulo Azi (DEM/BA)	Requer que seja convidado o Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, para comparecer à Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados	Aprovado em 29/3/17	
177/17	Magda Mofatto (PR/GO)	Requer a realização de Audiência Pública para ouvir o Presidente da Goiás Turismo, Sr. Leandro Marcel Garcia Gomes sobre as 10 medidas para estimular o turismo em Goiás.	Aprovado em 29/3/17	
178/17	Herculano Passos (PSD/SP)	Requer a realização de audiência pública para debater as demandas, entraves e possibilidades de desenvolvimento do Enoturismo no Brasil	Aprovado em 17/5/17	Atendido em 18/10/17
179/17	Herculano Passos (PSD/SP)	Requer a realização de Audiência Pública para debater o Plano Nacional do Turismo	Aprovado em 17/5/17	
180/17	Lucas Vergilio (SD/GO)	Requer a realização de audiência pública para debater a possibilidade de autorização legal para que grupos estrangeiros detenham até 100% do capital de empresas aéreas brasileiras	Aprovado em 17/5/17	
181/17	Veneziano Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Requer a realização de um seminário desta comissão, a ser realizada na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (ALPB), para tratar da degradação da barreira do Cabo Branco em João Pessoa, PB	Aprovado em 17/5/17	
182/17	Paulo Azi (DEM/BA)	Requer a indicação de membros e servidores desta Comissão de Turismo para o 59º Congresso Nacional de Hotéis - CONOTEL.	Aprovado em 17/5/17	



183/17	Evair Vieira de Melo (PV/ES)	Requer a criação, no âmbito da Comissão de Turismo, da Subcomissão Permanente do Agroturismo e Turismo Rural	Aprovado em 17/5/17	
184/17	Luiz Cláudio (PR/RO)	Requer nos termos regimentais convidar os órgãos e as entidades, Ministério do Turismo, EMBRATUR, Governo do Estado de Rondônia, FECOMERCIO, SEBRAE e FIERO para realização de visita técnica e mesa redonda, no estado de Rondônia, objetivando a avaliação de políticas e potencialidades para o turismo no Estado	Aprovado em 7/6/17, com subscrição da deputada Magda Mofatto.	
185/17	Luiz Cláudio (PR/RO)	Requer nos termos regimentais convidar os órgãos e as entidades, Ministério do Turismo, EMBRATUR, Governo do Estado de Rondônia, para realização de audiência pública objetivando a avaliação de políticas e potencialidades para o turismo no Estado de Rondônia	Aprovado em 7/6/17, com subscrição da deputada Magda Mofatto.	
186/17	Luiz Cláudio (PR/RO)	Requer nos termos regimentais requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, que o Ministério do Turismo, apresente informações sobre a razão do estado de Rondônia não figurar desde o ano de 2013 das políticas de qualificação do Ministério do Turismo, principalmente relacionadas ao PRONATEC	Aprovado em 7/6/17, com subscrição da deputada Magda Mofatto.	
187/17	Alex Manente (PPS/SP)	Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão para tratar do 'Tratado do Peabiru', que tem como objetivo promover o desenvolvimento do turismo no Estado do Paraná	Aprovado em 5/7/17, com a subscrição do Deputado Otavio Leite.	
188/17	Paulo Azi (DEM/BA)	Requer a realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com a presença de representantes da ABIH e da APNEN, a fim de debater sobre medidas de acessibilidade na rede hoteleira.	Aprovado em 9/8/17	
189/17	Herculano Passos (PSD/SP)	Requer a indicação de membros da Comissão de Turismo para participar do Seminário: 'A importância dos Parques Temáticos para o Turismo'	Aprovado em 9/8/17	
190/17	Fabio Garcia (sem partido/MT)	Requer a realização de uma audiência pública sobre o tema 'Pantanal Sustentável - Soluções e Alternativas	Aprovado em 29/11/17	
191/17	Otavio Leite (PSDB/RJ)	Requer a realização de Painel com o setor turístico do Rio de Janeiro, em especial o setor de turismo receptivo, para debater o novo modelo de visto eletrônico de entrada para turistas estrangeiros e seu impacto na atividade turística	Aprovado em 19/12/17	
192/17	Veneziano Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Requer a realização de audiência pública para debate sobre o efeito no preço médio das passagens aéreas após a instituição de cobrança por bagagens despachadas pelos passageiros		

#### IV. Atribuições da CTur

Os parlamentos modernos se organizam ou se estruturam por meio do sistema de comissões parlamentares, órgãos de grande importância no processo legislativo.

A Constituição de 1988 dispõe que o Congresso Nacional e suas Casas – Câmara dos Deputados e Senado Federal – terão comissões permanentes e temporárias, com funções legislativas e fiscalizadoras, na forma definida na Constituição Federal e nos seus regimentos internos. Na Câmara dos Deputados, a composição parlamentar desses órgãos técnicos é renovada a cada ano ou sessão legislativa, em regra.

No cumprimento das duas funções básicas - elaboração das leis e acompanhamento das ações administrativas -, as comissões promovem debates e discussões com a participação da sociedade em geral, sobre temas ou assuntos de seu interesse.

O artigo 22 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados estabelece que as comissões permanentes têm caráter técnico-legislativo ou especializado e integram a estrutura institucional da Casa:

“Art. 22. As Comissões da Câmara são:

I – Permanentes, as de caráter técnico-legislativo ou especializado integrantes da estrutura institucional da Casa, copartícipes e agentes do processo legiferante, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II – Temporárias, as criadas para apreciar determinado assunto, que se extinguem ao término da legislatura, ou antes dele, quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de duração.”

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no sentido de regulamentar princípios estabelecidos no texto constitucional, também determina:

“Art. 24. Às comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

I – discutir e votar proposições sujeitas à deliberação do Plenário que lhes forem distribuídas;

II – discutir e votar projetos de lei, dispensada a competência do Plenário, salvo o disposto no § 2º do art. 132 e excetuados os projetos: a) de lei complementar; b) de código; c) de iniciativa popular; d) de comissão; e) relativos a matéria que não possa ser objeto de delegação, consoante o § 1º do art. 68 da Constituição Federal; f) oriundos do Senado, ou por ele emendados, que tenham sido aprovados pelo Plenário de qualquer das Casas; g) que tenham recebido pareceres divergentes; h) em regime de urgência;

III – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

IV – convocar ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, ou conceder-lhe audiência para expor assunto de relevância de seu ministério;

V – encaminhar, através da Mesa, pedidos escritos de informação a ministro de Estado;

VI – receber petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, na forma do art. 253;

VII – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VIII – acompanhar e apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer, em articulação com a Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal;

IX – exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, em articulação com a Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal;

X – determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal;

XI – exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XII – propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo;

XIII – estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, exposições, palestras ou seminários;

XIV – solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional, e da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita a seu pronunciamento, não implicando a diligência dilação dos prazos.

§ 1º Aplicam-se à tramitação dos projetos de lei submetidos à deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições previstas para as matérias submetidas à apreciação do Plenário da Câmara.

§ 2º As atribuições contidas nos incisos V e XII do caput não excluem a iniciativa concorrente de Deputado.”

Finalmente, originada do desmembramento da Comissão de Turismo e Desporto no ano de 2013, a Comissão de Turismo tem os compromissos de contribuir com um trabalho legislativo voltado para o incremento do turismo, propiciando o desenvolvimento de políticas públicas em benefício da condição de vida da população brasileira, a geração de renda e emprego, bem como colaborando para um Brasil promissor e desenvolvido.

Em 19 de fevereiro de 2014, a Câmara promulgou a Resolução nº 54 de 2014, desmembrando as competências da então Comissão de Turismo e Desporto (CTD) para criar duas novas: a Comissão de Turismo (CTUR) e a Comissão do Esporte (CESPO).

A seguir, o inciso XIX do art. 32 do RICD, que dispõe sobre as nomenclaturas das vinte e três comissões permanentes e os seus respectivos campos temáticos ou área de atividade:

“Art. 32. São as seguintes as comissões permanentes e respectivos campos temáticos ou áreas de atividade:

(...)

XIX – Comissão de Turismo:

- a) política e sistema nacional de turismo;
- b) exploração das atividades e dos serviços turísticos;
- c) colaboração com entidades públicas e não governamentais nacionais e internacionais, que atuem na formação de política de turismo;
- d) (revogada);
- e) (revogada).”

## V. Equipe Técnica

<b>Quadro efetivo</b>
<p><b>Calebe Nunes Silva</b> Secretário-Executivo da Comissão de Turismo</p> <p><b>Estefânia de Castro Diniz</b> <b>Silvia Renata de Lara Resende</b> <b>Leandro José Anchieta Irigonhê</b></p>

<b>Estagiário</b>
Ian Salmi de Faria

<b>Programa Pró-Adolescente</b>
Vinícius Guedes Teixeira e Layane Nunes de Oliveira Matos

### Contatos

#### Página da Câmara dos Deputados

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctur>

**E-mail da Comissão**  
[ctur.decom@camara.leg.br](mailto:ctur.decom@camara.leg.br)

**Telefones**  
(61) 3216 6831 a 38

**Endereço**  
Câmara dos Deputados – Anexo II,  
Pavimento Superior, Ala A, Sala 151

**Fax**  
(61) 3216 6835